

## **SERRA DO SOL: O TURISMO DE BASE LOCAL COMO FONTE DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES**

Elizabeth Melo NOGUEIRA  
Doutoranda em Turismo, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR.  
[betemnoqueira@gmail.com](mailto:betemnoqueira@gmail.com)

Márcia Teixeira Falcão  
Mestre em Geografia, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR.  
[marciafalcao@ifrr.edu.br](mailto:marciafalcao@ifrr.edu.br)

### **RESUMO**

Este trabalho é resultado de um curso de capacitação na área de história e de geografia ministrado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol - TIRSS, região Ingarikó, como parte do projeto de “Ecoturismo na Unidade de Conservação do Parque Nacional do Monte Roraima”, parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, o Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa - SEBRAE-RR e o Conselho dos Povos Indígenas Ingarikó – COPING, com a finalidade de capacitar condutores locais para conduzir turistas em trilhas na comunidade. A metodologia utilizada para a execução do curso foi a participativa dialogada, permitindo aos cursistas a construção de painéis, cartazes, etnomapas, interpretação e observação da comunidade nos aspectos naturais, culturais e econômicos. Os indígenas demonstraram conhecimento histórico e geográfico da região, contudo, admitiram que alguns aspectos da cultura local estão se perdendo em função das políticas assistencialistas. Como resultado, ficou evidenciado que os autóctones podem receber turistas nas comunidades, porém desconhecem os impactos positivos e negativos da atividade. Ainda como resultado do trabalho, verificou-se que os indígenas necessitam de um acompanhamento para fortalecimento da identidade, dos valores culturais e de gestão compartilhada para posterior desenvolvimento do turismo de base local.

Palavras-chave: etnoturismo, índios ingarikó, serra do sol, turismo de local.

### **1. INTRODUÇÃO**

O turismo em áreas indígenas oficialmente é proibido. No entanto, existem pacotes cujos roteiros incluem comunidades indígenas, como é o caso de algumas aldeias localizadas na Terra Indígena da Raposa Serra do Sol, região Ingarikó. Essa

prática vem acontecendo sem o planejamento e a gestão participativa da comunidade, que está envolvida no processo apenas como mão-de-obra barata.

Após algumas assembléias entre os tuxauas, o COPING e alguns estudiosos os indígenas da região Ingarikó resolveram aprender um pouco mais sobre o turismo e solicitaram ao SEBRAE, que em parceria com IFRR, iniciaram um trabalho de capacitação dessa comunidade na perspectiva de que os comunitários tivessem no turismo uma alternativa econômica viável, sustentável ambiental e culturalmente, onde os saberes e fazeres locais fossem valorizados como atrativos.

Dessa forma, este artigo é resultado dos cursos de história e de geografia oferecidos na região, os quais procuraram explorar o conhecimento dos indígenas através de uma metodologia participativa dialogada, com o propósito de que os participantes, em grupo, construíssem painéis representando os tipos de solos e cartazes demonstrando a vegetação da localidade. Para melhor compreensão da temática estudada, solicitou-se aos cursistas a elaboração de etnomapas evidenciando mapas turísticos, serras, rios, roçados e artesanato, construção de histórias em quadrinhos sobre a comunidade, sobre os locais sagrados e ainda apresentaram os rituais e os alimentos produzidos e consumidos pela comunidade.

O objetivo é demonstrar que os índios Ingarikó possuem conhecimentos e valores culturais que devem ser conservados e preservados como potencial para o desenvolvimento do etnoturismo e que a atividade deve ser implantada desde que com o envolvimento da comunidade no planejamento e gestão da modalidade.

O resultado desse trabalho evidenciou a carência de conhecimento dos indígenas sobre planejamento participativo e gestão compartilhada. Embora sejam conhecedores profundos do seu território, desconhecem um modelo capaz de orientá-los na implantação e gestão do turismo, ficando visível a necessidade de capacitação nesse segmento.

## **2. TURISMO DE BASE LOCAL E DESENVOLVIMENTO**

O turismo é um fenômeno que compreende o deslocamento de pessoas de um lugar para outro com diferentes finalidades. Nesses deslocamentos, percebe-se

o movimento de vários setores da sociedade onde esse fenômeno se desenvolve. Nesse sentido a Organização Mundial do Turismo - OMT (2001), considera que turismo são atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de ócio, por negócios e outros motivos que não estejam relacionados com exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado.

Nesse sentido, acredita-se que o turismo é uma atividade que pode gerar o desenvolvimento local de forma sustentável, assegurando a qualidade de vida da comunidade e do meio ambiente, como afirma Cavaco (1996, p. 56).

o turismo, ligado ao desenvolvimento local, possui plena capacidade de fixar e atrair a população com êxito, no sentido de assegurar melhores condições de vida tendo como aspecto basilar a revitalização e a diversificação econômica do lugar.

Dessa maneira, é importante a manutenção da identidade cultural, dos recursos naturais, dos saberes e fazeres da comunidade, como fator de atratividade turística na busca da melhoria do bem estar da população local que, conforme Nascimento e Carvalho (2008) são capazes de liderar este processo de transformação estrutural da vida dos comunitários. Assim, as ações que emergem a partir deste processo de inovação resultam em uma realidade territorial nova que se origina da ação contínua das forças internas.

Turismo comunitário destaca-se pela mobilização da comunidade na luta por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa que pretendem ocupar seu território ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local. Este modelo de turismo, através do desenvolvimento comunitário, é capaz de melhorar a renda e o bem estar dos moradores, preservando os valores culturais e as belezas naturais de cada região (CARVALHO, 2007, apud RIBEIRO, 2008, p. 2 e 3).

A finalidade do turismo de base local é oferecer ao turista a oportunidade de experimentar como vive uma comunidade numa troca mútua, onde os anfitriões dividem com os visitantes suas histórias, seus costumes e tradições mais profundas, podendo gerar renda e benefícios diretos para melhorar a qualidade de vida dos residentes.

O turismo comunitário apresenta-se sendo desenvolvido pela própria comunidade, onde seus membros passam a ser ao mesmo tempo articuladores e construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro

permanecem na comunidade contribuindo para melhoria de qualidade de vida, levando todos a se sentirem capazes de cooperar e organizar as estratégias do desenvolvimento do turismo. Além de requerer a participação de toda a comunidade, considera os direitos e deveres individuais e coletivos elaborando um processo de planejamento participativo. Desenvolvendo assim a gestão participativa, ou seja, os atores sociais na sua maioria se envolvem com as atividades desenvolvidas no local de forma direta ou indireta tendo sempre em vista a melhoria da comunidade e de cada participante, levando em conta os desejos e as necessidades das pessoas, a cultura local e a valorização do patrimônio natural e cultural. O que se assistiu, em um primeiro momento do processo de implantação do turismo no Estado do Ceará, foi uma difícil relação entre algumas comunidades nativas e os exploradores dos serviços turísticos, e, como decorrência disso, um afastamento entre residentes e turistas (CORIOLANO, 2003, p.37).

Frente a essa problemática o turismo de base local em comunidades indígenas pode ser um exemplo de turismo sustentável, na medida em que todos os envolvidos no processo possam obter resultados positivos: o turista viverá uma experiência única que nenhuma agência de viagem poderá lhe proporcionar e a comunidade manterá viva para as futuras gerações sua cultura, suas tradições e sua história, além dos benefícios econômicos.

### **3. ETNOTURISMO**

Os indígenas, em muitas classificações do senso comum da sociedade, são vistos como selvagens, exóticos, primitivos e gentis. Diante desse contexto, é necessário entender as diferenças culturais dessas comunidades, uma vez que uma das preocupações do turismo é evitar a perda da identidade cultural, na medida em que esta deve ser preservada na perspectiva do consumo como atrativo turístico.

Conforme a OMT (2001), muitas pessoas estão dispostas a pagar para visitar áreas que estão bem conservadas e praticar atividades turísticas não predatórias, facilitando a adoção de estratégias para implementar o turismo sustentável.

Neste cenário, embora o turismo indígena esteja identificado dentro do segmento do ecoturismo, ainda possui um conceito que o define claramente, conforme Ceballos-Lascurain (1987, apud BRITO, 2009, p.27):

O ecoturismo é o turismo que consiste em viajar para as áreas naturais não degradadas ou não poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar e fruir a paisagem e suas plantas e animais, tanto quanto manifestações culturais (do passado e do presente) encontradas nessas áreas.

Conforme Pelegrine Filho (2000), a prática do turismo em áreas indígenas pode ser considerada como turismo cultural, no qual o visitante tem como objetivo conhecer os costumes de determinados povos ou regiões através da dança, do folclore, da gastronomia e outros, podendo ser classificado ainda como turismo alternativo, pois não se fixa em atividades convencionais do turismo.

Brito (2009), ressalta que, se considerarmos a etnia, é a coletividade de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, que pode ser refletida na sua língua, na religião e nas maneiras de agir. Desse modo, o turismo realizado nas áreas indígenas pode ser classificado como etnoturismo.

Neste sentido, o etnoturismo é uma atividade turística não convencional, realizada preferencialmente em áreas naturais, onde se aprecia não só a paisagem, mas também as manifestações culturais. De modo que, esta modalidade de turismo só acontecerá em uma comunidade se esta estiver disposta a abrir suas portas para mostrar e ensinar aos visitantes a essência da sua cultura. Isto será o sustentáculo para se trabalhar o pilar da sustentabilidade social e cultural, o que conduzirá a um respeito mútuo dos valores e tradições locais, mantendo assim o equilíbrio entre o presente e o futuro.

#### **4. COMUNIDADES INDÍGENAS DA SERRA DO SOL**

As comunidades indígenas da Serra do Sol, também conhecidas como Kapon (Ingarikó, Patamona e Akawaio), habitam uma área partilhada pelo Brasil, República Cooperativista da Guiana e República Bolivariana da Venezuela, na circunvizinhança do Monte Roraima, marco da tríplice fronteira. No Brasil, os Ingarikó e os Patamona ocupam aproximadamente 8% da TIRSS, que segundo Mlymarz (2008) o grupo localiza-se com maior incidência na área do Parque Nacional do Monte Roraima, decretado em 1989 e juridicamente definido como em regime de dupla afetação<sup>1</sup>.

Conforme Lauriola (2003), os Ingarikó representam o maior grupo indígena da TIRSS, com uma população de aproximadamente 1.170 pessoas, divididas em 8 comunidades, que tradicionalmente habitam as serras da região nordeste de

---

<sup>1</sup> Significa que o Parque Nacional do Monte Roraima é bem público da União submetido a regime jurídico de dupla afetação, destinado a preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos Índios.

Roraima. Esses indígenas também habitam a República Bolivariana da Venezuela, onde vivem aproximadamente 500 pessoas, e na República Cooperativista da Guiana (ex-Guiana inglesa), esse grupo, conhecido como Akawaio, soma a maior população totalizando 7.760 indivíduos (figura 1).

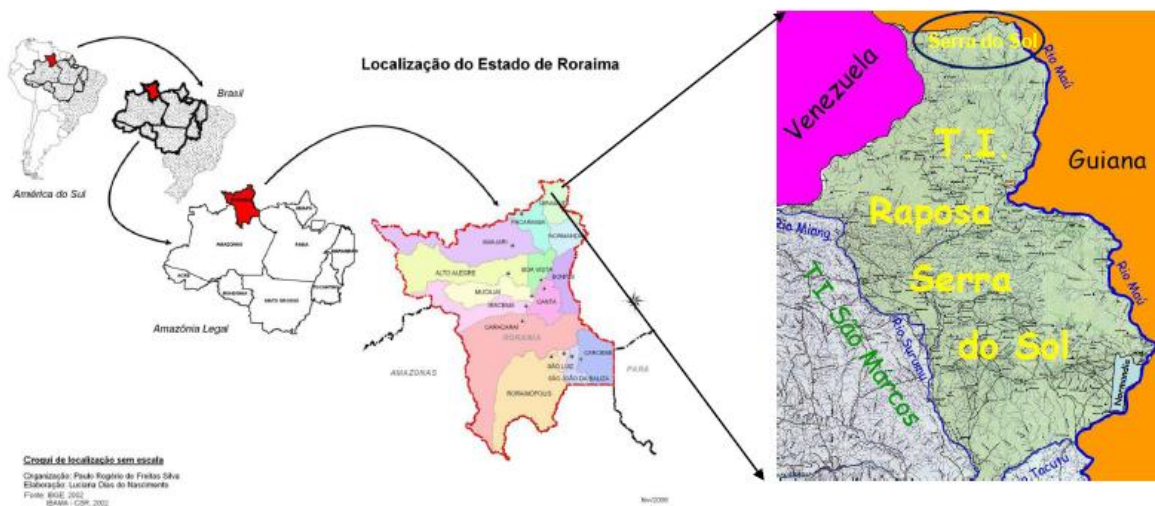


Figura 01: Mapa do Estado de Roraima, em detalhe região da Serra do Sol. Modificado de Freitas (2007).

Lauriola (2003) chama atenção para o fato que a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, região Ingarikó, tem um rico potencial de desenvolvimento, sobre o qual o conflito demarcatório é central. Além das riquezas minerais, já amplamente documentadas pelo Instituto Socioambiental - ISA - citamos as potencialidades para o desenvolvimento da indústria do turismo que está diretamente relacionado à implementação do Parque Nacional do Monte Roraima - PNMR.

De acordo com Cruz (2005), as religiões e seus missionários funcionaram como apaziguadores dos índios e conseqüentemente como abridores de caminho para os conquistadores, favorecendo uma drástica alteração em toda estrutura cultural e espiritual dos índios Karib. Por estarem localizados numa área, sem dúvida, de atração paisagística de maior destaque no norte do Brasil, próximo ao escudo cristalino do planalto das Guianas, os Ingarikó já têm alguma experiência com o turismo, uma vez que, segundo Silva (2009), recebem turistas através de “duas agências de turismo” as quais estão localizadas “no centro de Boa Vista, conectadas ao *trade* internacional”. Acredita-se que esses indígenas trabalham para os agentes de viagem apenas como carregadores de bagagem dos turistas.

Diante deste cenário, percebeu-se que os indígenas da TIRSS, em sua maioria, não possuem conhecimento e não percebem a real importância do turismo para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Isto ficou evidente, quando os autóctones sentiram que o turismo é algo estranho a sua cultura porque está associado a novos riscos, tais como: geração de renda associada a uma mudança de hábitos (higiene, tratamento do lixo, ser ético no acolhimento do visitante, respeito aos hábitos alimentares dos outros e a invasão do seu espaço), o que acaba por gerar desconfiança e oposição. Sobre esse aspecto Ferreira e Coutinho (2010, p.354).

A elaboração de planos e implementação de projetos ecoturísticos deve ter como objetivo primordial a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades e a conservação do meio ambiente. É necessário que as localidades sejam providas de infra-estrutura básica e turística e que haja ações de capacitação profissional, para que elas possam alcançar autonomia na capacidade de gestão dos recursos ambientais, socioculturais e econômicos das comunidades receptoras, adaptadas às relações estabelecidas na sociedade contemporânea.

Concordando com os autores, acredita-se que o envolvimento da comunidade em todo o processo de planejamento do turismo é condição para que haja equilíbrio entre o patrimônio natural, cultural, a viabilidade econômica do turismo e a igualdade social do processo de desenvolvimento. Essa proposta exige a criação de indicadores adaptáveis de forma integrada e multidimensional ao processo de desenvolvimento. Tais indicadores favorecem a compreensão da situação atual do desenvolvimento turístico, previne, antecipa e soluciona possíveis problemas sobre determinados impactos do turismo.

A construção dos indicadores pode ser observada através da experiência desenvolvida durante o curso de história e geografia ministrado na TIRSS, onde vivem os Índios Ingarikó. Quando foi proposto aos indígenas que demonstrassem os seus conhecimentos por meio de painéis, etnomapas, histórias em quadrinhos e demonstração dos rituais (figuras 3, 4, 5 e 6), ficou evidente que a utilização do modelo proposto por Anjos et al (2010) comporta a experiência que o indígenas detém sobre seu território e a implantação do turismo gerenciado pela comunidade. O autor conclui dessa maneira quatro conjuntos que se interrelacionam: modelo territorial-turístico, pressão, estado/qualidade e resposta política e social (figura 2).

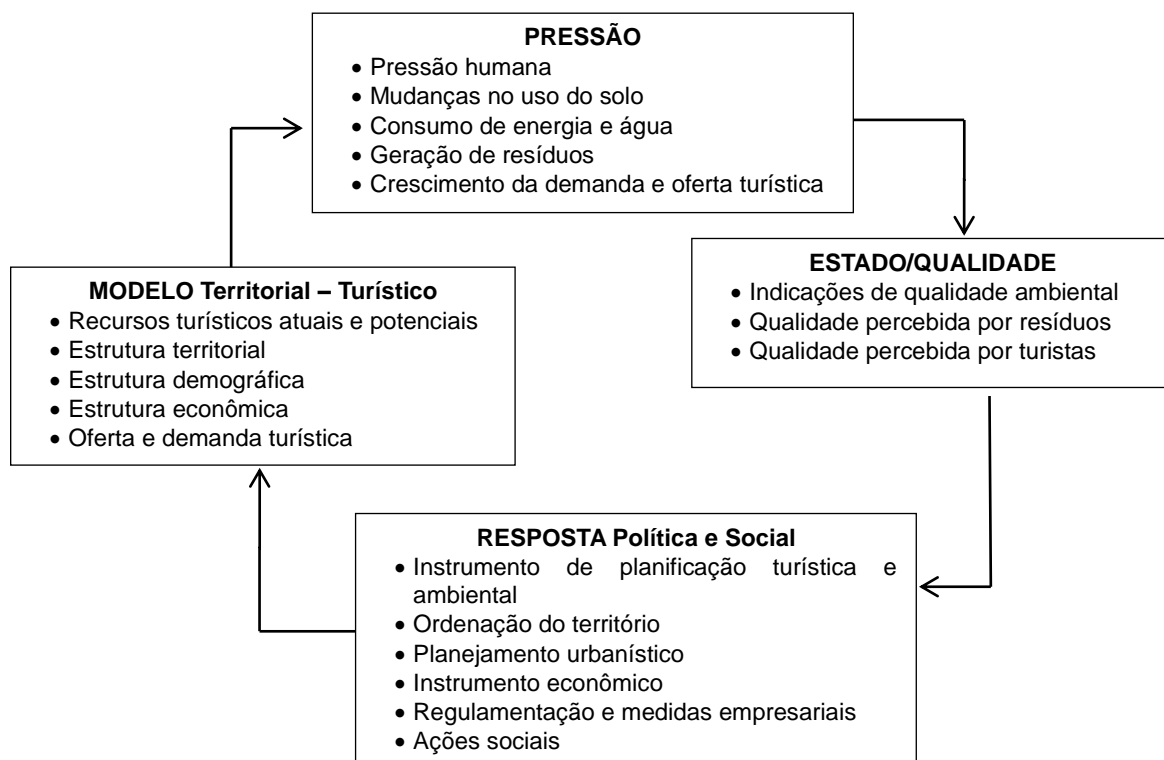


Figura 2. Fonte: Adaptada de Rebollo et al. (2001, apud Anjos et al. 2010).

Índios Ingarikó construindo e apresentando trabalhos



Figuras 3 e 4. Fonte: Fotografia Elizabete Nogueira/2010.

Índios Ingarikó dançando Aleluia



Damorida Iguaria típica indígena



Figuras 5 e 6. Fonte: Fotografia Márcia Falcão/2010.



Nesta perspectiva, acredita-se que a comunidade indígena da TIRSS, região Ingarikó, ainda não dispõe de um modelo de turismo que atenda às expectativas do planejamento participativo e gestão compartilhada.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante o desenvolvimento da pesquisa, os indígenas demonstraram profundo conhecimento do ambiente natural e da cultura material e imaterial. No entanto, não percebem quão importantes são os valores culturais e naturais para o desenvolvimento do turismo na região, uma vez que a operação de turismo na localidade é realizada por empresas externas à comunidade e o trabalho realizado pelos anfitriões, conforme exposto no pacote turístico, é o de simples carregadores de bagagens.

O custo das expedições varia entre US\$ 420 e US\$ 2.150, ficando evidente que o resultado da operação não beneficia os moradores que participam do processo a não ser como mão-de-obra barata.

Conforme observou-se durante o curso os Ingarikó produzem artesanato de fibras de arumã e buriti (figura 7). Seus hábitos alimentares são baseados no consumo da batata doce e da mandioca que é matéria prima para o fabrico do beiju, da tapioca, do pé de moleque, do caxiri e do pajuaru (bebida servida em rituais comunitários, que, concentrada, possui alto teor alcoólico). O beiju e o caxiri são alimentos produzidos exclusivamente pelas mulheres (figura 8 e 9).

Os índios Ingarikó acreditam na existência de um dragão que vive num igarapé da região e num morcego que mora no topo da Serra do Sol. Eles também acreditam que, no sopé dessa mesma serra, encontram-se os restos mortais de seus antepassados; por esse motivo evitam passar próximo desses locais, por considerá-los sagrados.

Diante desse cenário, acredita-se que o turismo desenvolvido nas TIRSS, região Ingarikó, está na contramão do que propõe o turismo de base local que é a incorporação de princípios e valores éticos, pautado na equidade social, eficiência econômica e conservação ambiental, uma vez que a prática turística ali

desenvolvida não pressupõe empreendimento comunitário de Ecoturismo ou Etnoturismo.

Artesanato Ingarikó



Figura 7. Fonte: Fotografia Elizabete Nogueira/2010.

Beiju



Figuras 8. Fonte: Fotografia Elizabete/2010.

Caxiri



Figuras 9. Fonte: Fotografia Elizabete Nogueira/2010.

O turismo com as características acima pode ser sustentável para a comunidade na medida em que esta conheça os impactos positivos e negativos da atividade, participe do planejamento e tome decisões quanto a sua implantação. Além disso, saiba definir quais aspectos da modalidade pretende explorar. Outro fator que a comunidade deve compreender é que o turismo de base local tem como foco a melhoria da qualidade de vida dos residentes nos seguintes aspectos: manutenção da cultura local, produção agrícola, culinária, pintura, mitos e ritos, tudo isso associado às vantagens econômicas, de acessibilidade e outros serviços que o desenvolvimento do turismo proporciona.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Francisco Antonio dos; ANJOS, Sara Joana Gadotti dos; RADOS, Gregório Jean Varvakis. Planejamento e Gestão Sustentável do Turismo: Contexto Social, métodos e enfoques. In: PHILIPPI Jr., Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene (Ed). **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Manole, 2010.

BRITO, Telma Medeiros. Turismo e povos indígenas. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**. Vol. III, N<sup>o</sup> 4, 2009, p. 23-36.

CAVACO, C. **Turismo rural e desenvolvimento local**. In: RODRIGUES, A. B. (org.) Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94 - 121.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. (2006). **Reflexões sobre o Turismo Comunitário**. <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11164>. Acesso em: 05 ago 2008.

CRUZ, Maria Odileiz Sousa. **Fonologia e Gramática Ingarikó - Kapon Brasil**. Amsterdam: Vrije Universiteit Amsterdam, 2005. (Tese de Doutorado).

FERREIRA, Luiz Fernando; COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. Ecoturismo: A importância da capacitação profissional do condutor ambiental local. In: PHILIPPI Jr., Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene (Ed). **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Manole, 2010.

LAURIOLA, Vincenzo. **Ecologia Global contra Diversidade Cultural? Conservação da Natureza e Povos Indígenas no Brasil**. O Monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, Ambiente & Sociedade - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003.

MALNARZ, Ricardo Burg. **Processo Participativo em Comunidade Indígena: Um Estudo sobre a Ação Política dos Ingarikó Face à Conservação Ambiental do Parque Nacional do Monte Roraima**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2008.

NASCIMENTO, Antonio Ciro Neves do, CARVALHO, Jairon Costa. **O Turismo Comunitário como Fator de Desenvolvimento Local: O caso da Comunidade Barro Vermelho – Parnaíba/PI**. Anais II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, Fortaleza: 2008.

OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PELEGRINE FILHO, Américo. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Roca, 2000.

RIBEIRO, Gleiciane. Turismo de Base Comunitária. **Revista Global Tourism**. V. 4, n<sup>o</sup> 02, novembro, 2008, p. 1–7.

SILVA, Edileuza Lopes Sette. **Plano de Uso Público do Parque Nacional do Monte Roraima**: Proposta de estruturação de uma cadeia produtiva de ecoturismo na calha do rio Cotingo, com base nos princípios da Economia Ecológica. Dissertação de Mestrado. Boa Vista: UFRGS/UFRR, 2009.